

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

REQUERIMENTO N° /2023

(Do Sr. Henrique Vieira)

Requer o comparecimento do presidente da Febraban à Comissão de previdência, assistência social, infância, adolescência e família para prestar esclarecimentos em audiência pública acerca da suspensão das linhas de crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS pelos bancos filiados à instituição.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno, o comparecimento do presidente da Febraban à Comissão de previdência, assistência social, infância, adolescência e família para prestar esclarecimentos em audiência pública acerca da suspensão das linhas de crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS pelos bancos membros da instituição.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, o Conselho Nacional da Previdência Social, no âmbito das suas competências, aprovou a redução da taxa máxima de juros do empréstimo consignado para beneficiários do INSS, conforme havia sido proposto pelo Ministro da Previdência Carlos Lupi. O teto de juros passou de 2,14% para 1,70%, e a taxa para o cartão de crédito consignado também foi reduzida, de 3,06% para 2,62%.

Embora a medida do governo tenha sido tomada para beneficiar os aposentados e pensionistas que precisam de crédito para complementar suas rendas e não ficarem vulneráveis a outras modalidades de empréstimos ainda mais extorsivas, os principais bancos do país, através da Febraban, reagiram alegando que a redução implicará restrição da oferta de empréstimos consignados.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pastor Henrique Vieira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238718097500>



* C D 2 3 8 7 1 8 0 9 7 5 0 0 *

No entanto, é importante ressaltar que o crédito consignado apresenta baixíssimo risco para as instituições financeiras, já que os pagamentos são descontados diretamente na folha de pagamento dos beneficiários do INSS. Portanto, as altas taxas de juros praticadas pelos bancos privados para essa modalidade de empréstimo não são socialmente justificáveis.

Diante disso, é imprescindível que o Estado assuma sua responsabilidade social e regule o mercado de crédito consignado para garantir a acessibilidade e a justiça financeira aos beneficiários do INSS. Além disso, os bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, devem desempenhar um papel fundamental, oferecendo linhas de crédito consignado com taxas justas e acessíveis, portanto, reduzindo o poder de mercado dos bancos privados.

Vale mencionar que a concentração bancária no Brasil é um problema que afeta diretamente a vida financeira da população. Essa concentração bancária se traduz em taxas de juros mais altas para os consumidores, principalmente para aqueles que precisam de empréstimos e financiamentos. Com poucas opções de instituições financeiras, os clientes ficam à mercê dos preços estabelecidos pelos bancos dominantes, que muitas vezes são abusivos e desproporcionais em relação ao risco do empréstimo.

Nesse sentido, a atuação dos bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, se torna essencial para reduzir as taxas de juros e oferecer opções mais acessíveis de crédito para a população. Como instituições financeiras estatais, esses bancos têm a capacidade de se manterem competitivos em um mercado dominado por poucas empresas, e assim, oferecerem alternativas mais justas para os clientes.

Além disso, os bancos públicos podem atuar como reguladores do mercado, promovendo a concorrência e evitando abusos por parte dos bancos privados. Essa regulação pode ser feita através da definição de limites para as taxas de juros, da oferta de linhas de crédito subsidiadas e da garantia do acesso ao crédito para aqueles que têm mais dificuldade de obtê-lo.

Contudo, até mesmo a Caixa Econômica Federal suspendeu a concessão deste tipo de crédito e informou que sua disponibilidade está condicionada à finalização dos estudos técnicos de viabilidade econômico-financeira e operacional.

Dessa forma, é fundamental que possamos ouvir a posição da Febraban sobre esse assunto e entender como os bancos se articularam diante da mudança no limite máximo de juros. Esperamos que a Febraban possa esclarecer suas políticas e práticas



concorrenciais em relação a esse tema, garantindo que os consumidores não sejam prejudicados e que não esteja havendo um movimento coordenado dos bancos para pressionar a volta dos juros mais altos.

Por isso, solicito a convocação do Presidente da Febraban para comparecer à nossa comissão e prestar os devidos esclarecimentos. Acredito que essa iniciativa será fundamental para garantir a transparência e a responsabilidade das instituições financeiras em relação aos seus clientes.

Atenciosamente,

Sala das Comissões, em de março de 2023.

Deputado Henrique Vieira
PSOL/RJ



* C D 2 3 8 7 1 8 0 9 7 5 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pastor Henrique Vieira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238718097500>